

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 407**

Período: 11/12/2010 – 17/12/2010

GEDES – Brasil

- 1- Presidente eleita oficializa manutenção de Nelson Jobim no comando do Ministério da Defesa
- 2- Ministério da Defesa define elementos operacionais da participação das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro
- 3- Comentários sobre a participação das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro
- 4- Especialistas criticam modelo de gestão do transporte aéreo no Brasil
- 5- WikiLeaks divulga documentos sobre atuação de Dilma Rousseff no período do regime militar e sobre a Lei do Abate
- 6- Embraer criará unidade especializada no setor de defesa e segurança
- 7- Veteranos da FEB se mobilizam para criar memorial para os soldados mortos na Segunda Guerra Mundial
- 8- FAB auxilia operação Maracati 2
- 9- Participação de militares brasileiros em missão de paz no Líbano é aprovada pelo Congresso Nacional
- 10- Corte Interamericana de Direitos Humanos condena o Brasil por crimes ocorridos na guerrilha do Araguaia
- 11- Agressões nos treinamentos do Pelotão de Operações Especiais da Aeronáutica são investigadas

1- Presidente eleita oficializa manutenção de Nelson Jobim no comando do Ministério da Defesa

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 15/12/10 a presidente eleita, Dilma Rousseff, por meio de uma nota oficial, confirmou a permanência de Nelson Jobim na pasta da Defesa. (*Folha de S. Paulo – Poder – 16/12/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/10*)

2- Ministério da Defesa define elementos operacionais da participação das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirmou que a atuação do Exército na ocupação do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, teve seus últimos acertos técnicos e operacionais definidos dia 13/12/10, de acordo com as funções das Forças Armadas previstas pela Constituição Federal. O andamento da missão passará a ser avaliado periodicamente por Jobim, junto com os representantes da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro. *O Estado* noticiou que o general Fernando Sardenberg, comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, foi designado comandante da Força de Pacificação (FPaz) na operação junto às favelas da Penha e do Alemão no estado do Rio de Janeiro. O general, que atuou como comandante militar da Missão de

Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), ficará responsável por 800 paraquedistas e 250 homens do Batalhão de Campanha da Polícia Militar. Sardenberg afirmou que desvios de conduta dos militares serão punidos com o afastamento dos mesmos da operação, e no que diz respeito aos policiais, será solicitado à Secretaria de Segurança que os afaste. O comandante acredita que os Complexos da Penha e do Alemão diferem entre si quanto à estratégia a ser adotada, mas afirmou que em nenhum dos casos acontecerão surpresas, uma vez que os militares estão bem preparados. A maior apreensão de Sardenberg é mostrar aos moradores os benefícios que a ocupação lhes trará e o caráter permanente e irreversível da mesma. Em entrevista concedida ao *Estado*, José Eduardo Martins Cardozo, que assumirá o Ministério da Justiça no governo de Dilma Rousseff, declarou ser necessária a união das Forças Armadas e da Polícia Civil em questões de Estado, como o combate ao narcotráfico. Entretanto, Cardozo afirmou que o Exército só deve ser utilizado em situações extremas, como a que ocorre nos morros cariocas, e que só deve permanecer na ação por tempo estritamente necessário. (O Estado de S. Paulo – Metrópole - 11/12/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/12/10)

3- Comentários sobre a participação das Forças Armadas na segurança pública no Rio de Janeiro

Em coluna opinativa ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Alexandre Barros, cientista político e diretor-gerente da Early Warning, afirmou que o fim do regime militar (1964-1985) provocou a necessidade de redefinição das funções dos militares, que passaram a se envolver em processos de paz em países em conflito, como no caso das missões de paz. Contudo, o cientista político ponderou que a recente atuação dos militares na Vila Cruzeiro e Complexo do Alemão, no estado do Rio de Janeiro, criou pretexto para empregar as Forças Armadas em ações que não lhes competem. Primeiramente, foi noticiado apoio logístico por parte da Marinha no fornecimento de carros de combate blindados, depois o Exército foi convocado para participar da ocupação dos morros, e por fim, o prazo da atuação das Forças Armadas foi divulgado como indeterminado. Barros avaliou que tal situação caracteriza um adiamento da reforma das forças policiais e pode provocar corrupção e contaminação dos militares por policiais e traficantes. Para ele, é necessário distinguir as funções militares das policiais, uma vez que seria um retrocesso confundir as duas atuações, tendo em vista as péssimas conseqüências advindas desse fato, como demonstra o passado, quando os militares mesclavam a função de participar nas guerras externas e manter o poder internamente através de atuação como força policial. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, José Afonso da Silva, professor aposentado de direito constitucional da Universidade de São Paulo (USP), também questionou o emprego das Forças Armadas nas operações no Rio de Janeiro. Para ele, as atribuições da instituição não se aplicam à segurança pública, pois o combate à criminalidade não pode ser confundido com ações de guerra. Já na coluna opinativa do jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva analisou a ação das Forças Armadas como necessária, tendo em vista a conjuntura de crise da segurança pública em que se encontrava o estado do Rio de Janeiro. Para o general, a situação extrema enfrentada pelo governo se insere em uma série de acontecimentos que levam ao questionamento sobre a

autoridade estatal sobre algumas áreas do país. Paiva analisou que o emprego do Exército respeitou a constitucionalidade prevista, ao zelar pela “garantia da lei e da ordem”, além de ter sido utilizado para controlar parcialmente a operação. Todavia, argumentou que alguns dos encarregados de solicitar a participação das Forças Armadas nessas situações atípicas se orientam por interesses políticos e partidários, o que não é apurado, na maioria das vezes. O general da reserva concluiu que para obter êxito na resolução desses conflitos, não se pode contar apenas com o “braço armado”, utilizando medidas paliativas a despeito de suas conseqüências, pois é preciso que as lideranças nacionais revitalizem a credibilidade dos órgãos existentes e atuem por meio deles. (Folha de S. Paulo – Opinião – 13/12/10; O Estado de S. Paulo – Opinião – 11/12/10; O Estado de S. Paulo – Opinião – 13/12/10; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/12/10)

4- Especialistas criticam modelo de gestão do transporte aéreo no Brasil

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, especialistas em transporte aéreo criticaram o modelo de gestão do setor no Brasil, centralizado na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e de responsabilidade do Ministério da Defesa. De acordo com relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em maio de 2009, a Infraero administra 67 aeroportos brasileiros, que concentram 97% da circulação de cargas e passageiros, sendo que mais da metade dos principais aeroportos brasileiros possui lacunas quanto à qualidade do serviço prestado. Segundo Filipe Reis, gerente nacional da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), as dificuldades nessa área advêm da ausência de planejamento e comunicação entre os organismos que zelam pelo setor aeroportuário; já na opinião de Respício do Espírito Santo Junior, professor de transporte aéreo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o problema está na centralização do setor pela Infraero. De acordo com Alessandro Oliveira, economista do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) o setor deveria ser gerenciado de forma híbrida, contando com privatizações e abertura ao capital externo, tendo em vista a atual submissão da empresa ao governo federal. João Jordão, presidente de operações da Infraero, afirmou que a empresa está analisando a abertura de capital, mas não definiu prazos para sua implementação. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 11/12/10)

5- WikiLeaks divulga documentos sobre atuação de Dilma Rousseff no período do regime militar e sobre a Lei do Abate

De acordo com o periódico *Jornal do Brasil*, o site da internet WikiLeaks tornou público um telegrama trocado entre o embaixador norte-americano John Danilovich e o governo estadunidense, no ano de 2005, a respeito da atuação de Dilma Rousseff durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Segundo o WikiLeaks, o telegrama contém informações de que Rousseff esteve ligada a grupos guerrilheiros, sendo co-fundadora da Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (Var-Palmares), e que teria participado de um grande roubo, denominado “roubo do cofre do Adhemar”, em 1969. Thomas Shannon, atual embaixador estadunidense, asseverou que o governo dos Estados Unidos não possui informações a respeito da atuação de Rousseff no

período militar, e assegurou que existe uma boa relação entre seu governo e a presidente da República eleita. Rousseff não se manifestou a respeito do assunto. Outro telegrama publicado pelo WikiLeaks, reportado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, continha informações sobre a Lei do Abate no Brasil, que entrou em vigor no ano de 2004. No telegrama, o então embaixador dos Estados Unidos em Brasília, Clifford Sobel, comentava sobre a queda de um monomotor, em março de 2009, no estacionamento de um centro de compras em Goiânia, estado de Goiás. A pequena aeronave, tripulada por um homem e uma criança, havia sido roubada em Luziânia, a 56 quilômetros de Brasília. O acidente levou Sobel a comentar que o espaço aéreo brasileiro é vulnerável a ataques terroristas, visto que a Lei do Abate, que permite a Força Aérea Brasileira (FAB) atirar contra um avião hostil, necessita de vários procedimentos para ser validada, inclusive uma ordem presidencial. (*Folha de S. Paulo – Poder – 12/12/10; Jornal do Brasil - País - 11/12/10*)

6- Embraer criará unidade especializada no setor de defesa e segurança

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) criará uma unidade autônoma especializada na área de defesa e segurança, com a finalidade de lidar com projetos específicos do setor militar. A empresa tem 41 anos de atuação no mercado e foi estabelecida por iniciativa da Força Aérea, todavia teve sua atividade ampliada, e atualmente é a líder de fabricação de jatos comerciais com capacidade de 120 passageiros. Segundo Luiz Carlos Aguiar, vice-presidente Financeiro e de Relacionamento com Investidores, está previsto para 2011 o investimento de R\$ 1,5 bilhão na unidade. Frederico Curado, presidente da Embraer, avaliou o projeto como positivo e conveniente, uma vez que vai ao encontro da Estratégia Nacional de Defesa, que define instrumentos e diretrizes para a base industrial ligada à defesa. A Embraer Defesa conta com fábrica própria localizada na cidade de Araraquara, no estado de São Paulo; onde há 2,2 mil trabalhadores lidando com a construção de turboélices de ataque leve Super Tucano; com a transformação de 46 caças norte-americanos supersônicos F-5 em modernas versões M e também com a revitalização de outros produtos. De acordo com o jornal, as prioridades da Embraer estão vinculadas aos setores de comando, controle, inteligência, comunicação e computação, sendo essenciais na área estratégica dos eventos que o Brasil sediará, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. (*O Estado de S. Paulo – Economia - 11/12/10*)

7- Veteranos da FEB se mobilizam para criar memorial para os soldados mortos na Segunda Guerra Mundial

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), grupo de soldados brasileiros que lutaram ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, movem esforços para criar, com a ajuda do governo brasileiro, um museu na cidade de Pistoia, na Itália, dedicado à memória dos soldados mortos em confrontos. Além da exposição de muitos artefatos de guerra, os veteranos da FEB acreditam que o registro das histórias, incluindo a identificação dos nomes, é a melhor forma de preservar a imagem desses combatentes. Embora na época a maioria dos soldados mortos em combate tenha sido identificada, existe um “pracinha” que

até os dias de hoje não foi reconhecido. Seu corpo encontra-se enterrado no Memorial do Soldado Brasileiro, na cidade italiana, onde há também um monumento em sua homenagem. Nas palavras de Mário Pereira, guardião do memorial mantido pelo Ministério das Relações Exteriores, o “soldado desconhecido” representa todos os brasileiros que foram lutar na Itália. Apesar de receber muitos turistas, o local não apresenta uma infra-estrutura adequada. Em vista disso, os veteranos da FEB buscam o apoio governamental para criação e manutenção desses espaços que, segundo eles, buscam honrar os ex-combatentes. Segundo publicado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, em breve chegará às livrarias a edição fac-similar de “O Cruzeiro do Sul”, um jornal escrito pelos militares da FEB na Itália. O periódico abordava a situação da guerra, trazendo textos sobre dia-a-dia dos combatentes. Merecem destaque as crônicas de Joel Silveira e de Rubem Braga, além de relatos do soldado Jacob Gorender. (*Folha de S. Paulo – Poder – 12/12/10; Folha de S. Paulo – Mundo – 13/12/10; Jornal do Brasil – País – 12/12/10*)

8- FAB auxilia operação Maracati 2

De acordo com o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, equipes da Força Aérea Brasileira (FAB) auxiliaram na operação Maracati 2, promovida dia 12/12/10, pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no estado do Maranhão. A operação envolveu o lançamento do foguete brasileiro VSB-30 v07, carregado de experimentos de algumas Universidades e Institutos de pesquisa. A finalidade do projeto é realizar testes em ambiente de microgravidade. A FAB atuou no processo de resgate da carga útil do foguete, que acabou sendo lançada no mar após sua utilização. (*Jornal do Brasil – País – 13/12/10; O Estado de S. Paulo – Vida – 13/12/10*)

9- Participação de militares brasileiros em missão de paz no Líbano é aprovada pelo Congresso Nacional

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Congresso Nacional aprovou no dia 09/12/10 um decreto legislativo que permite liberar nove militares brasileiros para comandar a força naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Para que os militares se integrem à missão de paz, falta o aval do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 14/12/10*)

10- Corte Interamericana de Direitos Humanos condena o Brasil por crimes ocorridos na guerrilha do Araguaia

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) por não punir os responsáveis pelas mortes e desaparecimentos ocorridos na guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974, durante o regime militar brasileiro (1964-1985). A Corte considerou que o Estado brasileiro é responsável pelo desaparecimento de 62 pessoas e que as disposições da Lei da Anistia brasileira não podem impedir a investigação e a sanção das graves violações de direitos humanos cometidas naquela época, pois estas disposições são incompatíveis com a

Convenção da OEA, da qual o Brasil é signatário. Além disso, o Estado brasileiro deverá realizar a investigação penal dos fatos para punir criminalmente os responsáveis, fazer um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional e implementar em determinado tempo um programa ou curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos, dirigido a todos os níveis hierárquicos das Forças Armadas. Como ressarcimento, o Brasil deverá pagar US\$ 3 mil para cada família a título de indenização pelas despesas com as buscas dos desaparecidos, além de US\$ 45 mil a cada familiar direto e US\$ 15 mil a cada familiar não direto a título de dano imaterial. Por ser signatário do tribunal, o Brasil é obrigado a cumprir suas determinações. No entanto, o presidente do Superior Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, afirmou que a decisão da corte internacional "não revoga, não anula, não cassa" a do Supremo. Para Peluso, a determinação para que o Estado identifique e puna os responsáveis pelas mortes vale apenas no "campo da convencionalidade". Marco Aurélio Mello, ministro do STF, afirmou que foi "uma decisão tomada no âmbito internacional e não no interno. O que nós decidimos no STF foi a partir do direito nacional. Na prática, o efeito será nenhum." Já o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, informou que o governo cumprirá "sem hesitação" a sentença da OEA. (Folha de S. Paulo – Poder – 16/12/10; Jornal do Brasil – Internacional – 16/12/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/12/2010; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/10)

11- Agressões nos treinamentos do Pelotão de Operações Especiais da Aeronáutica são investigadas

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, imagens captadas pela polícia militar (PM) do estado do Pará permitiram identificar os instrutores suspeitos de agressão contra soldados durante os treinamentos do Pelotão de Operações Especiais da Aeronáutica. A PM irá colaborar com o inquérito policial militar (IPM) instaurado pela Aeronáutica, e segundo o responsável pela comunicação da PM, Jorge Vasconcelos, as medidas a serem tomadas serão aquelas previstas no Código de Processo Penal Militar. Ainda de acordo com Vasconcelos, as agressões são incompatíveis com a conduta e preparação a serem adotadas nos treinamentos, pois a violência não é ensinada. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/12/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Suellen Maiolli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)